

Políticas de desenvolvimento regional no Brasil e nos países do “centro”

Hermes Magalhães Tavares
Universidade Católica de Salvador

Contactos: E-mail: smtavares@uol.com.br

Rua General Glicério, 407 Ap. 203

Laranjeiras CEP: 22245120

Rio de Janeiro - Brasil

Resumo:

Esta comunicação constitui um estudo sobre políticas de desenvolvimento regional a partir das experiências de dois países: o Brasil e a França. Para efeito de comparação, discutem-se questões como: estratégias de desenvolvimento, uma relacionada com os grandes investimentos industriais concentrados em pólos de crescimento e outra que dá ênfase a pequenas empresas aglomeradas geograficamente; o maior ou menor uso de instrumentos de intervenção do Estado no âmbito territorial. Extraímos duas conclusões importantes: a) as recomendações para reduzir ao máximo a atuação do Estado nas dinâmicas regionais – para atender aos ditames do modelo neoliberal - não corresponde ao que se passa na França e nos demais países da União Européia, face à preocupação desta com a coesão social e territorial; b) as propostas de retomada de planejamento regional no Brasil, hoje, não podem restringir-se ao apoio às pequenas e médias empresas, posto que os antigos pólos de desenvolvimento instalados nesse país nos anos 70 continuam em funcionamento e deverão cumprir ainda o seu papel por um prazo difícil de se prever neste momento.

Políticas de desenvolvimento regional no Brasil e nos países do “centro”

Hermes Magalhães Tavares

Introdução

Este trabalho trata principalmente das políticas de desenvolvimento regional, buscando reconstituir, sinteticamente, as suas principais trajetórias. Ao recuperar esse processo evolutivo, sublinhamos as práticas e convicções que foram superadas, distintamente das que se mantiveram, e de outras, ainda, que foram introduzidas mais recentemente.

Essas questões são analisadas à luz das experiências européia – particularmente a da França – e brasileira. Embora a primeira seja apresentada, inicialmente, o que temos em mente é o caso do Brasil. A metodologia empregada se justifica, pois, antes de mais nada, o nosso interesse é mostrar que os argumentos utilizados entre nós, desde a década de 1980, para defender o imobilismo dos poderes públicos em relação ao problema das desigualdades espaciais, não têm apoio na realidade dos países desenvolvidos. Passado um período de grande dificuldade na segunda metade da década de 1970, as políticas de desenvolvimento regional continuam sendo adotadas nos países europeus – fato que deveríamos olhar com atenção.

Já a prioridade que, na experiência européia, vem se dando aos sistemas produtivos locais, (concentração geográfica de pequenas e médias empresas inovadoras) não deve ser assimilada nas mesmas proporções que ali se observam, por motivos que serão expostos neste texto.

Em face desse escopo, o método comparativo afigura-se bastante apropriado, pois nos obriga a abandonar a postura paroquial que praticamente quase envolve esse tema entre nós, possibilitando, por outro lado, maior controle dos resultados da investigação. A via comparada constitui uma espécie de janela para observar, no nosso caso, o que se passa em um contexto mais amplo, de outros países, e, ao permitir isso, pode oferecer, de fato, “a chave para entender, explicar e interpretar”, no dizer de Sartori (1994).

As políticas de desenvolvimento regional surgiram nos países do “centro”, obviamente voltadas para os problemas específicos desses países, e, em um segundo

momento, difundiram-se em outros países e regiões menos desenvolvidos, passando em alguns casos por filtragens e adaptações, como se constata na clássica concepção de planejamento regional do Nordeste do Brasil, no final da década de 1950. Em Portugal, a importância do tema é assinalada por Simões Lopes (2001, p. 7).

Para abordar essa temática, distinguimos dois períodos: o primeiro, de 1950 a 1980; o segundo, de 1980 até hoje. Em cada um deles, analisamos os aspectos mais relevantes das políticas regionais nos países “centrais” e no Brasil.

1. Políticas de desenvolvimento regional no período expansivo do pós-guerra até 1980

No final do século XIX, estudando a situação da Rússia, Lenine chegou à conclusão de que o capitalismo desenvolvia-se de forma desigual. Em sua dinâmica, o capitalismo reproduz-se intensamente em um espaço limitado (o seu “centro”) e de forma extensiva no amplo espaço de sua dominação (a sua “periferia”). Esse descompasso é da essência da produção capitalista: a indústria, pelas suas características tecnológicas, avança mais rápido do que a agricultura, e os ramos de cada setor obedecem a ritmos diferentes¹. Essa mesma lógica pode ser observada em relação ao espaço.

A evolução do capitalismo nas três primeiras décadas do século XX – culminando com a grande depressão dos anos 1930 – só fez confirmar a tese do desenvolvimento desigual. A profundidade da crise mundial, com sérias implicações no plano espacial precipitou a busca de soluções por parte dos governos. Na Inglaterra, a concentração das atividades econômicas em Londres ocorria paralelamente ao empobrecimento de antigas áreas industriais (as “*depressed areas*”)²; nos Estados Unidos, o enorme bolsão de pobreza do Vale do Tennessee contrastava com outras áreas altamente prósperas daquele país. Tal fenômeno, das disparidades regionais, passará desde então a mobilizar os que se ocuparão das políticas territoriais (regionais e urbanas).

No plano teórico, a tese do desenvolvimento desigual será *traduzida* pelo enfoque dos “desequilíbrios espaciais”, e é sob essa roupagem que autores progressistas do pós-guerra (keynesianos, em primeiro lugar) questionarão os modelos de equilíbrio neoclássicos. Numa primeira linha, encontravam-se autores como Myrdal, Perroux e Hirschman. De suas elaborações teóricas, resultaram elementos, categorias e sugestões que se manifestaram em políticas de desenvolvimento do território.

Enquanto a teoria de base-exportação encontrou maior aceitação nos países anglo-saxões, a teoria dos pólos de desenvolvimento foi a que se difundiu na maioria dos países.³ Quanto a esta última, é sabido que muitas páginas foram-lhe dedicadas, ao que se seguiu, mais recentemente, um grande silêncio, sobretudo nos meios acadêmicos. Ao mesmo tempo, estratégias de desenvolvimento regional baseadas nessa teoria continuam sendo adotadas em várias situações no Brasil pelas três instâncias de governo. Além do mais, complexos industriais baseados em indústrias extrativas de recurso minerais continuam sendo rentáveis em nosso país. Eis porque consideramos necessários, no âmbito deste trabalho, destacar alguns pontos da teoria dos pólos de desenvolvimento que consideramos relevantes.

1.1. A experiência francesa

Na França, as primeiras medidas na direção de uma política de desenvolvimento regional situam-se na primeira metade da década de 1950. Data de 1953 o Plano Nacional de Organização do Território, elaborado pelo Ministério de Reconstrução e do Urbanismo, qual se define a organização do território como “a pesquisa no quadro geográfico da França de uma melhor repartição dos homens em função dos recursos naturais e da atividade econômica.” Data dessa época a preocupação de regionalizar o país, isto é, definir as suas regiões, o que se concretizou em 1955, com a instituição das “Regiões de Programa”, em número de 22.

Nesse momento inicial, desempenhou um papel primordial o livro de François Gravier, *Paris et le désert français* (1947), que chamou a atenção, de forma dramática, para as grandes disparidades espaciais da França, no pós-guerra. A principal conclusão desse livro é que seria necessário reduzir o peso de Paris no conjunto da economia francesa. Isso explica, em larga medida, a estratégia que foi então adotada, na direção da descentralização industrial. O seu segundo ponto forte foi o sistema de licenças para a construção de novas fábricas em Paris, que não mais deveriam ultrapassar o patamar de 500 metros quadrados de área ou 50 operários.

Durante cerca de dez anos, a política de descentralização industrial funcionou de maneira aleatória, sem uma base teórica específica, do que resultou uma grande dispersão e pulverização de investimentos. Em artigo de 1955, François Perroux propõe

uma política de concentração de investimentos em locais previamente escolhidos do território. Nisso ele seguia a tradição dos clássicos a respeito da grande indústria e, em particular, a idéia do “big push”, de Rosenstein Rodan, segundo a qual o desenvolvimento requeria uma concentração inicial de investimentos, de modo a provocar o “grande impulso”.

A respeito da ação de investimentos fragmentados versus uma prática concentradora em “pólos de crescimento”, diz Perroux:

“reina alguma confusão em nossa política “regionalista”: distingue-se mal ainda entre uma política localista de assistência em todas as regiões, que contradiz a especialização e a redução de custos, a longo prazo, e uma política funcional de concentração dos meios *em centros de desenvolvimento convenientemente escolhidos*. O contraste entre a pulverização dos meios, na vã esperança de tornar a estrutura nacional mais homogênea, e a concentração dos meios nos pontos privilegiados de desenvolvimento torna-se praticamente um objeto de discussão oportuno.” (Perroux, 1964) [grifos nossos]

Essa concentração de recursos, que o autor denomina pólo de crescimento, resulta da ação da indústria **motriz**, definida por ele como aquela indústria que, devido ao elevado dinamismo, traduzido em altas taxas de crescimento, exerce efeitos de impulsão (“entrainment”) sobre um certo número de indústrias ou empresas sob a sua influência.

Na linha de Schumpeter, as inovações, para Perroux, têm um papel central. Ao serem assimiladas por muitos empresários, elas marcam a atmosfera de uma época: é a “febre dos canais”, a “febre das ferrovias”, a “febre do ouro” etc. Conseqüentemente, a indústria motriz não é sempre a mesma em todas as épocas. Em meados do século XX, é a indústria-chave ou a indústria pesada, assim nomeadas pelo autor: indústrias de energia (petróleo, eletricidade, energia termonuclear); indústrias de metais essenciais à siderurgia e à metalurgia de um modo geral.

“O decisivo - diz Perroux (1964, p. 150) - é que em toda estrutura de uma economia articulada existem indústrias que constituem pontos privilegiados de aplicação de forças ou dinamismo do crescimento”.

O autor alerta, enfim, que fatores de ordens diversas (mudanças técnicas, questões políticas, mudanças de correntes de transportes) podem levar o pólo ao declínio: “de centro de prosperidade e de progresso ele se torna um centro de estagnação” (Perroux, 1964, p. 154). O contraste entre os efeitos contrários dos pólos de desenvolvimento é mostrado de forma clara no seguinte trecho:

A implantação de um pólo de desenvolvimento *suscita uma seqüência de desequilíbrios econômicos e sociais* (...). O pólo implantado distribui salários e rendas monetárias adicionais sem aumentar necessariamente a produção local dos bens de consumo; ele desloca a mão-de-obra e os separa de suas unidades originárias sem lhes proporcionar necessariamente um novo enquadramento social; concentra cumulativamente, em um lugar e em um ramo, o investimento, o tráfego, a inovação técnica e econômica, sem, necessariamente recompensar outros lugares, cujo crescimento e desenvolvimento podem ser ao contrário retardados. (Perroux, 1964, p.169).

Administrar esses processos a fim de minimizar os seus impactos é uma atribuição do Estado, através do planejamento, como diz o autor logo a seguir em seu texto: “ O crescimento e o desenvolvimento de um conjunto de território e de populações não serão, pois, obtidos a não ser pelo planejamento (*aménagement*) consciente do meio de propagação dos efeitos do pólo de desenvolvimento.” (Perroux, 1964, p. 169)

O autor sublinha que “ a noção de pólo de desenvolvimento só tem valor no momento em que se torna um instrumento de análise rigorosa e instrumento de uma política” (Perroux, 1964, p. 168). Ora, desde a primeira metade da década de 1950, o governo francês adotou uma política para descentralizar a indústria. De um lado, estabeleceu medidas que constringiam a instalação de novas empresas em Paris, de outro, estimulava a implantação de indústrias fora da metrópole, conforme já mostramos. Mas, os investimentos descentralizados localizavam-se de forma quase aleatória, causando dispersão de recursos. No início de 1958, Perroux jogou todo o peso de seu prestígio, criticando essa política que pretendia atender a todas as regiões, em oposição a uma atuação por ele considerada correta, “de concentração dos meios em centros de desenvolvimento convenientemente escolhidos” (Perroux, 1964, p. 169).

Finalmente, a partir de 1963-64, a política regional francesa adotou como princípio a teoria da polarização. Por outro lado, a aplicação dessa teoria acabou se dando em escala quase planetária (Aydalot, 1985, p. 234). Megapolos industriais foram construídos por toda a Europa, destacando-se os complexos industriais-portuários, como os de Dunkerque e de Fos-sur-Mer, na França, ou os grandes pólos do sul da Itália.

Na França, a política de pólos na dimensão urbana foi também aplicada com a estratégia das “Metrópoles de Equilíbrio”, peça-chave na engrenagem imaginada para reduzir o peso da região-capital na estrutura urbana francesa. Com a utilização de uma metodologia desenvolvida pelos geógrafos Hautreux e Rochefort, foram escolhidas oito aglomerações urbanas, das quais três contavam com aproximadamente um milhão de habitantes e as demais, com cerca de 500.000⁴. Grandes investimentos em infraestrutura (auto-estradas e metrô, sobretudo) foram-lhes destinadas. A estratégia em questão completava as medidas restritivas da instalação de novas indústrias em Paris, que datavam de 1955. Cabe acrescentar que a identificação de grandes aglomerados urbanos com pólos de crescimento é perfeitamente coerente com as idéias de Perroux, conforme vimos antes.

Importa reiterar que o modelo de planejamento regional francês (organização do território) prevalecente até meados dos anos 70, tinha na teoria da polarização um elemento central.

Ao longo dos decênios de 1950 e 1960, praticamente todos os países europeus adotaram políticas de ordenamento de seus respectivos territórios. Essas políticas regionais foram então concebidas como tarefas do Estado-nação, que deveriam ser conduzidas de forma centralizada. Instituições dotadas de grande poder e prestígio foram montadas, às quais foram confiadas as políticas e estratégias de desenvolvimento regional. São notórios, nesse aspecto, os casos da Délégation de l’Aménagement du Territoire - Datar, na França, e da Cassa per il Sviluppo del Mezzogiorno, na Itália.

A Datar, criada em fevereiro de 1963, foi encarregada de preparar as decisões governamentais, coordenando as ações dos ministérios técnicos quanto aos objetivos regionalizados do Plano Nacional de Desenvolvimento. Deveria, ainda, tornar coerentes as ajudas à expansão descentralizada. Em sua origem, o órgão foi subordinado diretamente ao Primeiro Ministro. Ao longo de mais de três décadas, ele vem conduzindo a política regional francesa, ou seja, a política de desenvolvimento do interior da França (em oposição à região parisiense, na observação de muitos autores). Com a reforma de 1982, que instituiu a descentralização, seu campo de ação ficou

bastante limitado. Em 1984, esteve a ponto de ser extinta. Mas em 1993-94, quando o governo central decidiu recuperar parte da sua responsabilidade no que respeita ao desenvolvimento regional, a Datar voltou à cena com mais força.

A Cassa per il Sviluppo del Mezzogiorno foi criada em agosto de 1950 para coordenar as medidas existentes desde 1947 em favor do Mezzogiorno (isenções fiscais, tarifas preferenciais de transportes e créditos especiais). É um organismo autônomo, submetido entretanto a controles interministerial e parlamentar. Sob a orientação dessa agência, a intervenção estatal em favor do Sul passou por três momentos: a) de 1950 a 1957, em que são prioritários os investimentos em infra-estrutura e na agricultura; b) de 1957 a 1971, em que se pratica uma política baseada em pólos de desenvolvimento, com destaque para os grandes complexos de indústria pesada nos ramos da química, da siderurgia e da mecânica, entre outros; c) de 1971 em diante, em que, por força da implantação da regionalização, a Cassa deixa de ter exclusividade no campo da política regional. Esta última fase é também marcada pela crítica aos resultados pouco convincentes dos pólos construídos anteriormente ⁶.

Eram esses, *grosso modo*, os componentes daquilo que se veio a chamar mais recentemente planejamento regional “pelo alto”, que iria encontrar grandes dificuldades a partir da segunda metade dos anos 1970. Passaremos a examinar, em seguida, como aquele primeiro momento foi vivido no Brasil.

1.2. A Experiência Brasileira

Tratando-se do Brasil é inevitável aludir de início às conhecidas questões de fundo: “país de dimensões continentais”, com imensos espaços geograficamente tão diversos como, por exemplo, o Nordeste e a Amazônia; dificuldades seculares na ocupação do seu território, cuja população ainda hoje concentra-se na faixa litorânea; industrialização retardatária e por muito tempo “restringida” (Cardoso de Mello, 1982). É um quadro típico de desenvolvimento desigual, que se tornou mais flagrante à medida que a industrialização (substitutiva de importações) avançou.

No final da década de 1940 e durante todo o decênio seguinte, assistiu-se a um amplo debate no país sobre o atraso econômico das regiões periféricas (particularmente o Nordeste e a Amazônia), que foi acompanhado de uma produção de conhecimentos considerável, principalmente no que tange ao Nordeste. Registremos apenas quanto a

essa região os estudos sobre os recursos naturais, sobretudo os de solos e águas (Duque, 1953), sobre o papel do planejamento para desenvolver a região (Almeida, 1953) e sobre os desequilíbrios regionais e as potencialidades econômicas do Nordeste (Singer, 1953). Naquele momento muito se falou a respeito da experiência norte-americana da T.V.A. - Tennessee Valley Authority, sobretudo no Congresso Nacional.

A discussão e a produção social sobre esse tema atingiu o seu ponto mais alto com o estudo de Celso Furtado, divulgado sob a denominação *Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (Gtdn)*, em 1959, que vem a ser o mais completo e sistemático diagnóstico da economia nordestina, até aquele momento, usando como “matéria-prima” a produção antes citada. Do ponto de vista teórico, ele se apóia sobretudo nas idéias da Cepal (degradação dos termos de intercâmbio, na lógica da relação centro-periferia) e de Myrdal (os efeitos acumulativos numa situação de desigualdades regionais de desenvolvimento).

Essa literatura e as conjunturas sociais e políticas da época levaram o Governo Federal a criar a Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste – Sudene, em 1959; antes, em 1953, havia sido instituída a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – Spvea. Mas foi a Sudene que se tornou a experiência brasileira de planejamento regional mais significativa. Em sua concepção original, embora tivesse na industrialização a sua espinha dorsal, o projeto Gtdn – Sudene abarcava um número considerável de atividades e setores; era, portanto, um projeto abrangente. Apesar das críticas que lhe foram feitas quanto ao tratamento da questão agrária, considerado conservador pelas lideranças de esquerda e por autores como Josué de Castro, Tomaz Pompeu Accioly Borges e Manuel Diegues Junior, entre outros, as demais propostas do projeto foram por estes aprovadas (Tavares, 1989, p. 139-41). A prática do novo órgão foi em muitos casos inovadora, diferindo largamente do que era habitual na administração pública brasileira, como revela este depoimento de Francisco de Oliveira⁷ na Comissão parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Sudene, em 1975:

Um vasto sopro de esperança varreu a região. Uma convergência nunca antes

vista de classes e setores sociais, desde o campesinato, os trabalhadores urbanos, os estudantes, os intelectuais, mobilizou-se para o que pensávamos

ser a tarefa do século, a mais ingente e mais espinhosa de quantas reclamavam solução para a construção de uma Nação harmônica, sem gritantes disparidades que se constatavam e que, infelizmente, estes vinte anos não conseguiram desfazer. Minha geração jogou-se por inteiro naquele empreendimento, e tentamos converter nossa fraqueza em força: despreparados para tão grande cometimento substituímos o conhecimento científico, de que não dispúnhamos, pelo ardor, pelo vigor, e, por que não dizê-lo, pelo despreendimento. Com o inteiro apoio da população vale a pena lembrar, sem que isso seja uma vanglória, que a Sudene inovava completamente o estilo de desempenho dos poderes públicos, não apenas na escala regional, mas até mesmo medida pela escala nacional (...).(Oliveira, 1975; apud Tavares, 1989).

Após o golpe de 1964, os governos militares mantiveram a Sudene, mas deram prioridade quase absoluta a industrialização, ou seja, à política de incentivos fiscais e financeiros à indústria e aos investimentos pré-industriais (infra-estrutura de energia e transportes, sobretudo). O projeto de desenvolvimento da Sudene após 1964 deve ser visto sob esse prisma. E é com essa característica que o modelo será adotado na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, órgão que substituiu a antiga Spvea, em 1967.

Nos dez primeiros anos da Sudene, os investimentos industriais foram disseminados em vários pontos da região, se bem que as três principais capitais nordestinas (Salvador, Recife e Fortaleza) absorvessem, desde o início, as maiores parcelas de recursos. No começo da década de 1970, foi adotada a estratégia de desenvolvimento polarizado no Nordeste e, em seguida, nas demais regiões periféricas. Vale a pena observar como esse caminho foi percorrido. Essa questão desperta interesse, porque, em princípio, a teoria dos pólos de desenvolvimento não parecia coerente com as idéias da Cepal e de Furtado. Em um aspecto, pelo menos, o desacordo mostrava-se evidente. O modelo original da Sudene voltava-se para a integração do grande espaço geoeconômico do Nordeste. Furtado afirmara várias vezes que seria necessário integrar primeiro a região nordestina, antes que se completasse a integração dessa com a economia do Centro-Sul (Tavares, 1989). Houve mesmo a intenção de se dotar o Nordeste de um “centro autônomo de expansão manufatureira”. Ora, a teoria dos pólos é, por princípio, integradora, pois se afirma que a dinâmica da polarização rompe

com os limites político-administrativos preexistentes. Assim, uma estratégia desse tipo implicaria que os principais centros regionais se integrassem fortemente com a região mais desenvolvida do país. Entende-se, desse modo, por que a teoria de Perroux, que Furtado deveria conhecer muito bem, passou “despercebida” na Sudene pré-64.

A possibilidade de aplicar a teoria dos pólos no Brasil começou a ser discutida no Ipea, órgão do Ministério do Planejamento, conjuntamente com o IBGE em 1966/67⁸. Buscava-se estudar a organização espacial brasileira visando à regionalização e ao desenvolvimento regional. O grupo das duas instituições foi assessorado por Rochefort, que elaborou, com Hauteux, a metodologia empregada na França, como vimos anteriormente. Os resultados desse trabalho fizeram parte do Plano Decenal, realizado em 1967, em que se lê que receberam “especial ênfase os estudos relativos às regiões polarizadas e homogêneas, notadamente do ponto de vista da construção de uma hierarquia urbana adequada ao desenvolvimento nacional” (Miniplan, 1967).

O Plano Estratégico (1968-70), por sua vez, refere-se de passagem ao delineamento dos pólos industriais em Salvador, Recife e, com certo atraso, Fortaleza e Maceió, que absorveram, respectivamente, 41%, 32%, 8% e 7% dos investimentos aprovados [pela Sudene] no período de 1960/67. Tudo leva

a crer que se está caminhando para concentrações industriais capazes, no futuro, de um crescimento auto-impulsionado, tal como sucedeu no Centro-Sul do Brasil.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento – IPND define medidas para expandir o mercado interno e descentralizar a produção, duas faces do que seus autores denominam política de “integração nacional”. E o instrumento eleito para obter esse resultado é a criação de pólos regionais no Sul e no Nordeste, do tipo agrícola-industriais, e no Planalto Central e na Amazônia, de natureza agrícola-minerais. Dessa forma, complementar-se-ia o *grande pólo do núcleo São Paulo-Rio-Belo Horizonte*.

O II PND, que expressa a intenção de avançar no processo de industrialização, substituindo importações, consagra em definitivo a estratégia de pólos de desenvolvimento. Nesse sentido, inclui as seguintes iniciativas: Pólo Petroquímico do Nordeste (Camaçari); Complexo Mineral-Petroquímico Regional (no eixo Salvador-Aracaju-Maceió); Complexo de Fertilizantes do Nordeste; Complexo Metal-Mêcanico; fortalecimento dos pólos industriais tradicionais (principalmente, confecções e

calçados). Nas demais regiões, destacam-se: III Pólo Petroquímico, no Rio Grande do Sul, e o Projeto Grande Carajás, na Região Norte⁹.

Matéria já tratada por vários autores (Diniz, 1991; Negri, 1996; Pacheco, 1998, entre outros), além do que estava contido nos planos regionais e nacionais, cumpre assinalar o conjunto de investimentos públicos (incluindo os das empresas estatais) em infra-estrutura (transporte, energia, telecomunicações) e na exploração de recursos naturais nas regiões periféricas. Quanto à principal metrópole nacional (São Paulo) e sua área imediata de influência, não se podem esquecer as deseconomias externas ali geradas e as medidas do Governo Federal de proteção do meio ambiente e restritivas do crescimento industrial na metrópole paulista.

O resultado desse conjunto de fatores foi a desconcentração industrial de São Paulo, em 1970/80, assunto também bastante analisado na literatura específica (Diniz, 1993).

2. Políticas regionais nas últimas duas décadas

Nos Países do “centro”

A crise econômica mundial prenunciada com a desregulação monetária e o primeiro choque do petróleo, nos países europeus, teve reflexos imediatos nas economias regionais. Os governos centrais tiveram as suas bases fiscais seriamente abaladas. Pode-se dizer que há uma relação direta entre a crise econômica e o declínio das políticas regionais na segunda metade da década de 1970.

As crises da siderurgia e da indústria pesada de um modo geral, repercutiram fortemente na política dos pólos industriais e, em particular, na dos grandes complexos industriais-portuários. Ao mesmo tempo, houve uma forte pressão em favor da descentralização do poder, sobretudo em países de regime unitário centralizado (França e Espanha, por exemplo). Reformas importantes foram conduzidas na década de 1980 nesses dois países. As políticas de desenvolvimento territorial, que até então eram concebidas e conduzidas pelas instâncias de poder central, começaram a ser questionadas. Cabe lembrar, ainda, a política da União Européia de apoio às regiões menos desenvolvidas da Europa, desde 1975, o que, por sua vez, vem contribuindo para limitar o papel do Estado-nação. Nesse contexto, começou a surgir uma outra

concepção de desenvolvimento, em que se admitia que seus condicionantes partiriam das bases locais.

Detenhamo-nos, em seguida, em alguns desses pontos. Sob o prisma do espaço, a crise repercutiu intensamente nos Estados Unidos e na Europa, em áreas inteiras onde predominavam indústrias pesadas, como a siderurgia, a mecânica e a automobilística. No Nordeste e na Região dos Lagos dos EUA, houve queda brutal na produção, desemprego em massa e redução demográfica em termos absolutos em cidades importantes (Detroit e Pittsburgh, por exemplo). Para alguns analistas das questões regionais, esse quadro mostrava-se irreversível, como observava Aydalot (1985):

Desde o início dos anos 80, a problemática do desenvolvimento regional foi Transformada: em um lugar de crescimento, na maior parte dos casos, é de declínio que se deveria falar. O papel das grandes unidades, principal fator na teoria dos pólos de crescimento como nas concepções centro-periferia, diminuiu fortemente desde a eclosão da crise.

Ao mesmo tempo em que havia essas percepções – diziam eles - notava-se a existência de regiões industriais prósperas com características diferentes das antigas regiões industriais, o que indicava novos dinamismos e novas possibilidades. Na opinião desses observadores, a fonte principal do crescimento dessas áreas provinha delas mesmas, isto é, de forças locais, do próprio território. Essa é a origem da concepção do desenvolvimento *endógeno*, que tem nos movimentos pela descentralização política a outra base de sustentação.

As elaborações iniciais partiram de Friedman-Weavar (1979) e Stöhr (1984), as quais foram acrescidas de idéias de origens diversas – bem ao gosto do ecletismo dos dias atuais. E é dessa maneira que, na prática, a questão dos desequilíbrios espaciais ganhou extraordinária força nos últimos dois decênios do século passado. Procuremos entendê-lo, considerando o essencial, distinguindo os aspectos político e econômico-tecnológico.

a) O aspecto político

Desde o final dos anos 1960, observam-se diferentes formas de manifestação contrária ao poder do Estado-nação. Isso fazia parte do ideário das revoltas do final

daqueles anos, cujo epicentro foi a França, em maio de 1968. Nesse contexto, as forças locais aumentaram a sua pressão contra o poder central, compreendendo um amplo leque que ia desde os notáveis de província até as forças populares que levantavam bandeiras como a do direito de “viver e trabalhar na sua própria terra”. Lembre-se que, no caso da França, é pouco depois das lutas de 1968, isto é, no ano seguinte, que De Gaulle submete a referendo popular a aprovação da reforma que instituía as regiões como instância territorial de poder de decisão. Apesar da derrota gaullista¹⁰ em sua consulta popular, em 1969, o movimento pela descentralização do poder progrediu rapidamente a partir daquele momento: obteve uma vitória importante em 1972 e, finalmente, atingiu o seu objetivo em 1982. Nesse ano, com os socialistas no poder, é aprovada a Lei Defferre, que transforma as **regiões** em coletividades territoriais da mesma natureza que as comunas e os departamentos. E a elas são conferidas responsabilidades quanto ao desenvolvimento econômico regional. Diante da secular tradição jacobina francesa, essa foi uma reforma de grande significação que viria alterar o jogo do poder na dimensão territorial dali para a frente.¹¹

Na Itália, a regionalização – a grande novidade da Constituição de 1948 – foi finalmente concluída em 1972. Por sua vez, a Espanha, inspirando-se no sistema italiano, instituiu, na Constituição de 1979, o estatuto de região **autônoma**, o qual é adquirido pelas regiões que o solicitam. Até meados do último decênio encontravam-se nessa condição a Catalunha, o País Basco, a Galícia e a Andaluzia (D’Arcy e Alcazar, 1986).

As propostas de Friedman-Weavar e Stöhr refletem aqueles anseios. Por esse motivo, o desenvolvimento *from below* (a partir de baixo), em oposição ao desenvolvimento *up down* (de cima para baixo), teve, de imediato, tanta aceitação.

Outro componente, ou melhor, outro “ator” de peso é a União Européia e sua política de apoio às regiões. Como era de se esperar, à medida que aquele organismo comunitário (ou, mais adequadamente, supranacional) foi se estruturando, a problemática regional tornou-se constitutiva de suas preocupações. Por quê? Porque as desigualdades espaciais são incompatíveis com os demais objetivos de integração e coesão social. Assim, desde o Tratado de Roma, em 1957, a Comunidade Econômica (CEE), entre suas grandes linhas, estabelecia que os Estados-membros deveriam “reforçar a unidade de suas economias e assegurar o desenvolvimento harmonioso, reduzindo as disparidades entre as diferentes regiões e o atraso das menos favorecidas”. (CEE, apud Montricher, 1995). Em 1968, foi implantada a Direção Geral de Política

Regional. Em seguida, a CEE elege não os estados, mas região como “unidade territorial de base” (Montricher, 1995). Em 1975, implanta-se o Feder (Fundo de Desenvolvimento Regional), que terá importante papel no financiamento da política regional.

A “Europa das regiões” (Prieur, 1989) significa, de um lado, a valorização da instância regional e, por extensão, dos poderes locais, e de outro, restrições ao âmbito do estado-nação. Em outras palavras, o que se observa, embora bem mais nos discursos do que na prática, é que o Estado-nação cede terreno na condução das políticas de desenvolvimento do território, enquanto emergem, com essa atribuição, as instituições regionais e locais.

b) O aspecto econômico-tecnológico

Na década de 1970, o objetivo perseguido pelos planejadores, desde o imediato pós-guerra, no sentido de desconcentrar as atividades produtivas (industriais e também algumas atividades terciárias) começou a ser possível, seja em decorrência das políticas governamentais específicas, seja como resultado do movimento próprio do capital, diante do surgimento de deseconomias externas nos grandes centros urbanos; ou pelos dois motivos.

As grandes transformações na economia das comunicações (meios de transportes e telecomunicações, em especial) e na informática permitiram ao capital libertar-se, em grande medida, dos constrangimentos de tempo e espaço. Multiplicou-se, a partir da década de 1970, o número de áreas fora das metrópoles voltadas para a produção de tecnologia de ponta e dotadas de infra-estruturas destinadas a esse fim (universidades, centro de pesquisa, etc.). Esses espaços possuíam dinâmicas próprias, não dependendo fundamentalmente de decisões do “centro”, sejam oriundas do estado ou das grandes empresas lá sediadas. Especializados sobretudo na geração de conhecimentos dirigidos à inovação, esses novos espaços industriais deixavam de ter papel meramente passivo na atividade econômica, podendo mesmo ser entendidos como um fator de produção. Para alguns autores, esses são *espaços ou meios inovadores (milieux innovateurs)* (Aydalot, 1985; Castells e Hall, 1994; Maillat, 1995), isto é, espaços produtivos típicos desta época de transformações aceleradas, alavancadas pelo trabalho imaterial e pela produção flexível.

A ciência e a tecnologia dirigidas para a inovação constituem, pois, componentes centrais do desenvolvimento “a partir de baixo” ou endógeno. Este último termo aplica-se por uma dupla razão. Pelo aspecto territorial, como vimos antes, e pelo fato de que o progresso técnico, por sua vez, contribui de forma direta, isto é, endógena, para o crescimento econômico.

Eis por que o planejamento regional descentralizado das regiões, desde a década de 1980, passa a ter na ciência e na tecnologia (incluindo formação e capacitação) a pedra de toque. Inclui-se aí, certamente, os tecnopolos e, mais recentemente, os sistemas produtivos locais (SPL), embora a inovação ali nem sempre seja considerável.

c) Questões do presente

Em termos amplos, o desenvolvimento a “partir de baixo” despertou grandes expectativas no começo dos anos 1980, como se nota nas palavras de Aydalot. Para ele, o desenvolvimento endógeno, opondo-se às formas de organização clássicas, “encarna a idéia de uma economia flexível, capaz de se adaptar às mudanças, e constitui uma alternativa à economia das grandes unidades” (Aydalot, op. cit.).

Na prática, as cidades médias e as meso-regiões, liberadas da enorme dependência do Estado e de posse de relativa liberdade orçamentária, estabeleceram políticas próprias, muitas vezes agressivas, para atrair novos empreendimentos. Em lugar de indústrias pesadas e poluentes, atividades de alto valor agregado, com forte componente de trabalho imaterial. Daí a multiplicação de cidades científicas, parques tecnológicos e tecnopolos, e, por último distritos industriais, em toda a parte.

No contexto atual, de hegemonia da ordem neoliberal, por todos os meios, as cidades e as regiões tinham que ser competitivas. Ao lado dos componentes supracitados, era preciso contar com um plano urbanístico e uma arquitetura de prestígio, com atividades culturais, turísticas, etc. Mas se as regiões as cidades deveriam ser “vencedoras”, logo se percebeu, por outro lado, que haveria as cidades e as regiões perdedoras. No quadro da França, esse conjunto de fatores levou o Estado central a tentar recuperar o terreno na condução da política de desenvolvimento territorial. Entre 1993 e 1994, o governo promoveu um debate em todo o país sobre a política de organização do território, buscando a coesão social através de um novo “pacto republicano”. Em 1995 e em 1999, foram aprovadas as leis sobre o “ordenamento do território”, que introduzem novos recortes (escalas) espaciais para o planejamento do território. Mais do que isso, essa

nova legislação permitiu ao Governo, em larga medida, recuperar o terreno na condução da política regional através do reforço da programação contratualizada. De fato, a Lei de Orientação para a Organização do Território (Loadt), de 4 de fevereiro de 1995, traduziu o retorno do Estado aos assuntos de organização do território em nome da unidade e da solidariedade nacionais. (Mazet, 2000)

2.2. No Brasil

Os “trinta anos gloriosos” do pós-guerra, como sabemos, tiveram no Estado keynesiano uma forte base de sustentação. A industrialização brasileira também contou com o apoio fundamental do Estado. Isso explica porque o planejamento desempenhou no país um papel ímpar comparativamente ao resto do Terceiro Mundo. Celso Furtado, em seu livro *A fantasia organizada*, mostra que o governo brasileiro (2º governo Vargas) desenvolveu uma ação crucial para a sobrevivência inicial da Cepal, opondo-se à posição norte-americana, que era de extinguir esse órgão. A Cepal defendia a industrialização, como saída econômica e caminho de afirmação nacional para os países da América Latina, e o emprego do planejamento. Industrialização e planejamento, desde os dois governos Vargas, estiveram na agenda do Estado brasileiro até o início dos anos 1980.

No plano regional, a experiência brasileira também sobressaiu, se bem que mais na perspectiva das chamadas regiões-problema. Quando, nos países centrais, o planejamento regional baseou-se em grandes unidades produtivas e na intervenção do Estado central, pode-se dizer, grosso modo, que no Brasil essas práticas também existiram. Assim foi até o início do decênio de 1980 – o que marca o distanciamento hoje dos dois contextos estudados. A partir de então, é flagrante o declínio da experiência brasileira de planejamento regional. Destacaremos, a seguir, os aspectos mais relevantes das políticas brasileiras de desenvolvimento regional.

a) Em primeiro lugar, há a questão do Estado. No Brasil, o desmonte do Estado keynesiano ocorreu desde meados dos anos 1980: de início lentamente e a partir de 1990 de forma acelerada. Á pressão externa – capitaneada pelos organismos internacionais – juntaram-se os interesses dos capitais internos, sequiosos de encontrar saídas para a acumulação, razão do grande interesse por políticas de privatizações. Essa

conjugação de forças é responsável pela “eficaz” estratégia para chegar ao Estado mínimo do receituário neoliberal. Cabe observar, de passagem, que no Brasil as críticas ao Estado partiram não só das correntes liberais, mas também da esquerda, embora por motivações diferentes.

Na trajetória para desmontar o Estado, o campo das políticas territoriais foi imediatamente o mais visado. Aproveitando a crise dessa área, que já vinha da segunda metade dos anos 1970, extinguiram-se o Ministério do Interior – Minter, o BNH e por fim duas superintendências de desenvolvimento regional (a Sudesul e a Sudeco) e a Serse (que se ocupava do Sudeste). Mais ainda: a Sudene e a Sudam por pouco não foram extintas, em 1990, no governo Collor. A bem da verdade, deve ser dito que na segunda metade dos anos 1980, contrariamente às expectativas criadas, Sarney, Presidente de origem nordestina, manteve uma atitude de completo descaso em relação à Sudene e ao Nordeste.

b) Um segundo ponto diz respeito à Constituição de 1988, que, ao promover um conjunto de medidas descentralizadoras num Estado federativo (descentralizado por princípio), criou uma série de distorções. Uma delas foi a transferência de atribuições para os níveis estadual e municipal sem nenhum planejamento (determinação de etapas, por exemplo). Estados e municípios ou não contavam com recursos para cumprir as novas funções ou freqüentemente encontravam-se despreparados para realizá-las.

A União desobrigou-se quase por completo do tratamento das questões de desenvolvimento regional e urbano. Por seu turno, cada estado ou município de certa importância tratou de estabelecer a sua própria política. O exemplo que sintetiza à perfeição os efeitos danosos da mudança nas relações intergovernamentais instituídas em 1988 é a corrida desenfreada das esferas estadual e municipal para atrair novos investimentos, por meio de isenções fiscais, de facilidades de financiamento e de preparação de infra-estrutura, entre outras vantagens. Em suma, é essa a chamada “guerra fiscal”.

Segundo alguns autores, a renúncia fiscal é vantajosa para os primeiros estados que a utilizam, mas é ruína e inútil, quando a prática generaliza-se. Ou melhor, quando todos oferecem os mesmos benefícios, estes se anulam. Tudo indica que doravante somente os estados que acrescentarem algo em relação aos demais poderão continuar tendo vantagem. Dado que não se sabe quando as perdas passarão a ocorrer de fato, a prática tende a prosseguir. Essa situação do “vale tudo”, da competição acirrada,

ameaçando o pacto do poder (no nosso caso, “pacto federativo”), aproxima-se daquela vivida por alguns países da Europa (“territórios flexíveis”, “regiões que ganham”) a que já fizemos menção.

c) Em seu primeiro período de governo, Fernando Henrique Cardoso ensaiou retornar ao tratamento da questão regional. Inicialmente, introduziu no Orçamento Plurianual 1966/99, um conjunto de projetos na área de transportes, buscando aumentar a integração das regiões brasileiras. Esses projetos deveriam consolidar os chamados *eixos de desenvolvimento*, com base no pressuposto de que “a concentração e coordenação das intervenções em determinadas regiões provocam impactos mais positivos sobre o restante do sistema econômico nacional e regional do que uma atuação dispersa ou generalizada” (República Federativa do Brasil, 1996). E em seu segundo mandato, de quatro anos, foram tomadas as seguintes medidas: implementação da política de “eixos de integração e desenvolvimento regional”; criação do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional; extinção da Sudene e da Sudam, em 2001.

A nova política fez tabula rasa das macro-regiões e, em contrapartida, não fez uma nova regionalização do país. Os eixos, em número de nove, constituem uma política parcial, que parece ter como um de seus objetivos implícitos descartar o recorte das regiões até então adotado. Contornando os particularismos e as reivindicações dos grupos de interesses regionais e os vícios que lhes são atribuídos. Os eixos visam reduzir as disparidades regionais. No entanto, a primeira etapa dessa política consistiu na preparação de um portfólio de oportunidades de investimentos para o setor privado, o que no fundo significa a destinação de maiores parcelas de investimentos para as áreas mais favorecidas do país.

A política dos “eixos” tem sido criticada também porque está mais voltada para as exportações do que para o mercado interno, parecendo uma revivescência dos corredores de exportações. Era mais uma política regional parcial do que uma política nacional de desenvolvimento regional, nos termos em que vários estudiosos vêm propondo.

O Governo atual, de Ignácio Lula da Silva, prometeu recriar a Sudene e a Sudam, extintas anteriormente por Fernando Henrique Cardoso, mas ao deparar-se com forças políticas contrárias, expressas sobretudo pelos Governadores dos Estado e seus representantes no Congresso Nacional, pouco fez para alterar esse quadro. Impossibilitado de realizar uma política regional para o país, ele limitou-se a medidas

paliativas, como, por exemplo, apoiar, através de órgãos federais (Ministérios, Bndes, Ipea, etc) a expansão de sistemas produtivos locais (SPLs), deixando à margem todas as outras medidas, no âmbito industrial, que pudessem ter impactos macro-espaciais.

Conclusão

No escopo deste trabalho, ao evidenciarmos os aspectos mais importantes das políticas de desenvolvimento regional nos países de origem e no Brasil, foi possível perceber uma grande proximidade entre as políticas efetivadas nesses dois contextos, no período expansivo do pós-guerra até mais ou menos 1975. Características desse momento são a industrialização pesada, centralizada nas metrópoles nacionais, taxas elevadas de crescimento das economias, estratégias de pólos e complexos industriais e regulação econômica via políticas públicas.

A crise e a reestruturação produtiva apresentaram novas questões para a economia brasileira, aumentando o seu atraso em relação aos países do “centro”. Esses últimos passaram rapidamente por processos de reestruturação produtiva: reduziu-se o tamanho das plantas industriais, cresceu o número de pequenas e médias empresas, por força da flexibilidade, e se expandiram sobretudo as atividades com maior valor agregado. Por sua vez, as políticas regionais voltaram-se para empreendimentos geradores de ciência e tecnologia/inação, dando ênfase a pequenas e médias empresas organizadas em sistemas produtivos locais, enquanto o peso das grandes empresas e dos grandes projetos reduziu-se consideravelmente nas políticas de desenvolvimento regional nos países do centro. Cabe lembrar que boa parte das plantas dos grandes grupos deslocalizaram-se para países da periferia mundial. Conforme observado por alguns autores, a política em questão configura uma nova ortodoxia que vai sendo cada vez mais imposta. (Amin e Robins, 2002).

De que forma devemos situar essa questão no Brasil? Em primeiro lugar, é preciso ter em conta que, diferentemente do que ocorreu nos países do centro, os complexos e pólos industriais não foram tão atingidos pela crise quanto nos países do “centro”. No Brasil, praticamente todos os grandes projetos e pólos que surgiram nos anos setenta nas regiões menos desenvolvidas do país encontram-se em funcionamento. Camaçari, na região metropolitana de Salvador, o Pólo Petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul, o Pólo Cloroquímico de Alagoas, o Projeto Grande Carajás, a Zona

Franca de Manaus, para só citar esses, são exemplos da afirmação que vem de ser feita. Um projeto como o terminal portuário de Suape, em Pernambuco, que durante certo tempo parecia fadado do insucesso, passou a ter um novo alento, a partir da expansão da produção de grãos, notadamente a soja, no interior do Nordeste setentrional. Outro empreendimento que parecia prestes a desaparecer em face da abertura comercial da década de 1990 e das privatizações, é o Pólo Cloroquímico de Alagoas. Nos últimos dois anos a procura de empresas que ali desejam se instalar cresceu mais do que nos últimos dez anos. Nos últimos anos a Braskem, principal empresa desse pólo participa com 11% das exportações comerciais do Estado de Alagoas. O Governo do Estado de Alagoas pratica uma política de subsídios dos mais atrativos aos novos empreendimentos que desejam instalar-se no pólo. Esse caso é interessante porque alia o grande investimento a uma política de incentivo a sistemas produtivos locais organizados junto a empresas do pólo. (Gazeta Mercantil, 4/06/2006, p. B-13)

Outro aspecto interessante da mesma questão diz respeito ao fato de que os grandes grupos empresariais globalizados deslocalizam suas unidades produtivas para os países periféricos. As economias dependentes como a brasileira vêm se constituindo em campo adequado para a indústria pesada do centro e as políticas regionais (mesmo que não se encontrem explicitadas em documentos oficiais) buscam tirar proveito desse estágio da divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, são exemplos claros as facilidades criadas para a implantação de indústrias automobilísticas em diversos pontos do território (o chamado “regime automotivo”) e a política. As abordagens sobre o tema costumam enfatizar apenas os aspectos negativos desse fenômeno, mas os Estados e localidades que conseguem atrair tais empreendimentos não parecem completamente insatisfeitos com esses. Talvez as políticas regionais e locais precisassem abrir de frente essa discussão.

Notas

1) Lefebvre considera o *desenvolvimento desigual* como uma das grandes leis de tendência do capitalismo a sua teorização constitui a principal contribuição de Lenine para a Economia Política.

2) O planejamento regional deu os seus primeiros passos na Inglaterra, na década de 1930. Sua forma mais precisa ocorreu entre 1944 e 1946, a partir do Plano Abercombrie, que tomou por base o relatório Barlow de 1939. O plano perseguia os

seguintes objetivos: a) descentralizar a indústria; b) conter o crescimento de Londres; c) estabelecer um sistema de 4 zonas concêntricas em relação a Londres, na última das quais deveriam localizar-se Cidades Novas (“New Towns”), a serem construídas. Comparando diversas experiências de planejamento regional nos países desenvolvidos, Lacour et al. (1985) considerava a da Inglaterra como, historicamente, a mais importante pelas seguintes razões: é uma das mais antigas, dado que suas primeiras medidas remontam a 1934; é a mais completa porque tratou desde o início de uma grande variedade de problemas; é uma das mais persistentes, porque, apesar de ter sofrido mudanças nunca deixou de ser aplicada.

3) “Múltiplos programas de desenvolvimento utilizavam a análise de Perroux, que, ainda hoje é objeto de controversias e é alvo de novos desdobramentos. O destino internacional da teoria foi considerável: ela foi objeto de trabalhos e inspirou numerosas políticas na América do Norte, na América Latina, na Itália ou nos países árabes...” (Aydalot, 1985).

4) A metodologia usada por Hautreux e Rochefort levou em conta um número considerável de variáveis, entre elas a distância dos centros urbanos em relação a Paris. Em igualdade de condições quanto à pontuação, dava-se preferência ao centro mais afastado da capital.

5) Cf. nota 2 supra.

6) A expressão “catedrais no deserto” inspirou-se na experiência italiana, para caracterizar os pólos ali instalados, os quais tiveram escassos efeitos locais e mesmo regionais. Por extensão, passou-se a aplicá-los a outras situações semelhantes.

7) Esse depoimento é bastante significativo, pois o autor embora tenha sido um dos dirigentes da Sudene no período anterior a 1964, fez sérias críticas a essa, em seu livro *Elegia para uma re(li)gião*. (Oliveira, 1977)

8) A Sudene realizou uma pesquisa sobre os pólos de desenvolvimento no Nordeste e promoveu um evento nacional sobre o tema no segundo semestre de 1966, em Recife.

9) Não incluímos aqui o rol de pólos agrícolas (Polonordeste, Polocentro, etc.), pois esses, em nosso entender, distanciam-se do conceito original de Perroux.

10) A resposta negativa da população ao referendo, levou De Gaulle a renunciar à Presidência da República. A consulta incluía também a reforma do Senado.

11) A Lei Deferre estabeleceu que as regiões, as comunas e os departamentos se administrariam livremente, através de Conselhos eleitos pela população. Mesmo considerando que as regiões não se transformaram em entes autônomos, ao contrário do

que se deu na Espanha e na Itália, e que os recursos que lhes foram destinados são bem limitados, a reforma repercutiu enormemente nas estruturas de poder na França, na dimensão territorial.

Bibliografia

- ALMEIDA, R. *Planejamento do combate às secas*. Fortaleza, BNB, 1953.
- AYDALOT, Ph. *Economie régionale et urbaine*. Paris, Economica, 1985.
- CARDOSO, F.H. *Avança Brasil: proposta de Governo*. Brasília, s. ed. 1998.
- CARDOSO DE MELLO, J.M. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- CASTELLS, M. e HALL, P. *Las tecnópolis en el mundo*. Madri, Alianza Editorial, 1994.
- D'ARCY, F.; ALCAZAR, M.B. *Décentralisation en France et en Espagne*. Paris, Economica. 1986.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem polarização. *Nova economia*, Belo Horizonte, vol. 3, n° 1, 1993.
- DUQUE, G. *Solo e água no polígono das secas*. Fortaleza , 1953.
- FRIEDMAN, J.; WEAVER, C. *Territory and functions, the evolution of regional planning*. Arnold, Londres, 1979.
- FURTADO, C. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- GRAVIER, F. *Paris et le désert français*. Paris, 1947.
- GTDN. *Uma política para o desenvolvimento do Nordeste*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1959.
- IPEA/PNUD-CEPAL-ILPES. *Industrialização e desenvolvimento do Nordeste*. Anais do Seminário realizado em Brasília, de 12 a 14.03.1984.
- LACOURT, C. et. al. *Espace regional et aménagement du territoire*. Paris, Dalloz, 1985.
- LFEBVRE, H. *La pensée de Lénine*, Paris, Bordas, 1957.
- Lénine, W. *Le développement du capitalisme en Russie*. Paris, Editions Sociales, 1974.
- MAILLAT, D. Milieux innovataeurs et dynamique territoire. RALLET, A.e TORRE, A. (orgs). *Economie industrielle et éconoimie spatiale*. Paris, Economica, 1995.
- MAZET, P. *Aménagement du territoire*. Paris, Armand Colin, 2000.

- MINIPLAN. *Plano decenal de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 1967.
- MONTRICHER, N. *L'aménagement du territoire*. Paris, La découverte, 1995.
- NEGRI, B. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo*. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.
- OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____ Depoimento à CPI do Congresso Nacional sobre a Sudene. Diário do Congresso Nacional, Brasília n° 014, 21.03.1979.
- PACHECO, A. *Fragmentação da nação*. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, 1998.
- PERROUX, F. *L'économie du XXème siècle*. Paris, 1964.
- PRIEUR, M. (org.) *Europe des régions*. Paris, Econômica, 1989.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Orçamento pluri-anual, 1996-1999. Brasília, 1996.
- SINGER, H. *Estudo sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste*. Recife, Condepe, 1962.
- STÖHR, W. La crise économique demande-t-elle de nouvelles stratégies de développement regional. AYDALOT, Ph. (org.) *Crise et espace*. Paris, Economica, 1984.
- TAVARES, H. M. *Uma experiência de planejamento regional: o Nordeste brasileiro*. Unicamp, Campinas, Tese de Doutorado, 1989.
- VALIER, J. *Sur l'impérialisme*. Paris, Maspero, 1975.